

# PARA UMA ARQUITECTURA DO MAR: CONTRIBUTO PARA UMA METODOLOGIA DE INTERPRETAÇÃO INTEGRADA DAS ÁREAS COSTEIRAS. CASO DE ESTUDO DE SETÚBAL

RICARDO RIBEIRO\*

EDUARDO ANTUNES\*\*

## 1. PROBLEMÁTICA

Em Portugal, e em particular nas áreas costeiras (como ocupação urbana localizada no litoral, com ecossistemas de transição entre a terra e o mar), aquilo que até ao princípio do século XX se fundamentava numa *Economia Integrada* (considerando o termo «Economia» no seu sentido lato), dependente dos recursos naturais advindos do mar e explorados de forma manufacturada em conjunto com os recursos da terra (ex.: pesca e agricultura, incluindo o sal), foi gradualmente substituído por uma *Economia Convencional* que agora recorre a processos de exploração sectorizada com base num método de produção mecanizada (ex.: indústria conserveira e, mais tarde, turismo), tornando-se incompatível com os processos de transformação natural da paisagem<sup>1</sup>.

## 2. OBJECTIVO

No sentido de compreender as causas e efeitos deste fenómeno, propomos descrever uma metodologia de interpretação integrada das áreas costeiras assente numa abordagem de paisagem que tem em conta a *condição ecológica* do lugar em que está inserida,

---

\* Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitectura de Lisboa.  
ricardoribeiro@fa.ulisboa.pt.

\*\* Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitectura de Lisboa.  
eduardoantunes.ciaud@fa.ulisboa.pt.

<sup>1</sup> COVAS & COVAS, 2012; FREITAS, 2010.

isto é, compreendendo a interdependência estabelecida entre a necessidade cultural e biológica de as comunidades locais se apropriarem dos recursos naturais disponíveis e a capacidade de esses recursos responderem de forma sustentável a tais necessidades, tendo em consideração os factos históricos que lhes deram origem e determinam valor<sup>2</sup>.

Neste contexto, o edificado que suporta uma designada Arquitectura do Mar corresponde ao testemunho dessa *condição ecológica*, como expressão cultural que se materializa de forma física e simbólica no lugar, quando associada à urbanidade que daí resulta (isto é, à qualidade daquilo que é urbano), característica que permite representar quem nele habita e que, ao mesmo tempo, convida a um certo modo de habitar<sup>3</sup>.

Trata-se de descrever uma série de procedimentos metodológicos para categorizar a actual ocupação urbana do litoral através da interpretação, por comparação, de diferentes casos de estudo. Como fundamento dessa metodologia, é primeiro explicada uma abordagem de paisagem que tem em conta não só as questões biofísicas, mas também relativa à identidade local, seguida de uma descrição dos critérios e parâmetros de categorização utilizados e dos resultados obtidos no caso de estudo de Setúbal (na Orla Marítima da Arrábida), por comparação a Olhão (na Costa do Sotavento Algarvio).

### 3. ABORDAGEM

De um modo geral e reportado ao contexto ocidental, o termo Paisagem derivou de uma sectorização do saber acerca da Natureza ocorrida na Modernidade<sup>4</sup>: o que inicialmente resultava de uma dependência humana dos recursos naturais existentes, com conhecimento do seu potencial e limites de utilização, tornou-se, pelas razões anteriormente descritas, física e espiritualmente dissolvido de fronteiras temporais e experiência espacial, levando a uma progressiva perda de identidade<sup>5</sup>. Desde então, a descrição que se faz de Paisagem, como uma criação humana que derivou e substituiu a de Natureza, tem-se repartido entre representações artísticas associadas a uma interpretação intelectual e acções territoriais resultantes de um conhecimento científico acerca dos seus sistemas de funcionamento biofísico, embora de forma segregada<sup>6</sup>. A necessidade de se adoptar hoje uma interpretação integrada, com uma visão holística dos fenómenos de ordem social, económica e ambiental que lhe dão origem e determinam valor, depende, em parte significativa, da compreensão daquilo a que designamos *lugar*.

---

<sup>2</sup> BASTIAN *et al.*, 2006.

<sup>3</sup> COELHO, 2015; KOSTOF, 1995.

<sup>4</sup> Segundo LE GOFF, 2000, o termo Modernidade pode ser descrito como um período da história ocorrido entre os séculos XVIII e XIX que, dadas as circunstâncias da época — nomeadamente com a introdução da máquina a vapor no auxílio das tarefas humanas —, levou a transformações ideológicas associadas a um corte com o conhecimento passado.

<sup>5</sup> SERRÃO, 2011.

<sup>6</sup> WULF, 2016.

Do ponto de vista da arquitectura, o lugar na paisagem, quando associado à referida *condição ecológica*, não corresponde apenas ao seu contexto biofísico, mas sobretudo ao carácter identitário que as comunidades locais estabelecem com o meio em que vivem, cujo valor cultural, associado a um processo de significação humana, resulta do acto de habitar<sup>7</sup>. Trata-se de um conjunto de acções realizadas de forma repetida que, conscientes do potencial e do limite de utilização dos recursos disponíveis, se traduzem em hábitos. Quando esses hábitos decorrem de uma permanência demorada, permitem referenciar determinado acontecimento numa certa ordem cronológica, traduzido numa imagem mental que persiste na memória ao longo do tempo, sendo a arquitectura o seu testemunho e simultaneamente a sua condição na paisagem<sup>8</sup>.

Do ponto de vista da ecologia — como ciência que, numa acepção sistémica, estuda a relação estabelecida entre os seres vivos e o meio em que vivem — paisagem poderá ser entendida como um sistema de subsistemas, complexo e dinâmico, no qual processos de transformação biofísica e ocupação humana se influenciam e evoluem em conjunto ao longo do tempo, expressos numa dada configuração de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento<sup>9</sup>. Contudo, existem componentes desses subsistemas que são determinantes para garantir a estabilidade do sistema como um todo, no sentido da sua auto-eco-regulação<sup>10</sup>. No caso dos subsistemas biofísicos, as principais componentes, como o solo, água, vegetação e clima, poderão ser identificadas e caracterizadas à escala regional (dado o seu carácter complexo); no caso das componentes dos subsistemas culturais, associadas à ocupação e uso do solo, poderão ser interpretadas e categorizadas à escala local (devido à dinâmica que lhes subsiste), e ao nível da sua arquitectura<sup>11</sup>.

Relativamente às áreas costeiras, por se tratar de um ecossistema de transição e, por isso, de grande sensibilidade à intervenção humana, mas, ao mesmo tempo, de grande diversidade ecológica (pela evidente complexidade e dinâmica de transformação), levamos a optar por uma simultânea abordagem cultural e biofísica de paisagem, correspondente à identificação de um padrão de ocupação urbana que lhe subsiste ao longo do tempo e que se traduz na referida Arquitectura do Mar. Este tipo de raciocínio é diferente do conceito de território — baseado no estudo dos processos de ocupação e uso do solo realizados pela geografia humana; e de ambiente — no que respeita à sua esfera biofísica estudada pelas ciências vivas, cuja interpretação é feita de forma segregada<sup>12</sup>.

---

<sup>7</sup> MUNTAÑOLA, 1974; MUNTAÑOLA, 1980.

<sup>8</sup> BESSE, 2013; JORGE, 2007.

<sup>9</sup> MAGALHÃES, 2001; BERQUE, 1994.

<sup>10</sup> MAGALHÃES, 2001.

<sup>11</sup> MAGALHÃES, 2007; ROSSI, 2001.

<sup>12</sup> JORGE, 2013.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. Selecção dos Modelos de Amostragem e de Comparação

A primeira etapa metodológica que propomos estabelecer para a interpretação integrada das áreas costeiras passa por seleccionar, pelo menos, dois casos de estudo distintos (por se tratar de um método de classificação por comparação) que contenham aglomerados urbanos situados no litoral, com sapais, praias, dunas, arribas, entre outros ecossistemas. Para este efeito, existe a plataforma online EPIC WEBGIS<sup>13</sup> que identifica as principais componentes biofísicas e respectiva aptidão ecológica (ao nível da morfologia do terreno, incluindo a classificação do declive, do valor ecológico do solo e da capacidade de infiltração da água no subsolo, entre outros), correspondente ao território nacional continental.

No que diz respeito à legislação, e segundo a última revisão aprovada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, 14 de Maio, grande parte dos ecossistemas litorais do país são, por norma, regulamentados por Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), por se considerarem de grande vulnerabilidade à ocupação humana. Por esta razão, na maior parte dos casos, existem Parques e/ou Reservas Naturais responsáveis por gerirem os seus recursos naturais sob a tutela de Programas de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP), como um tipo de PEOT.

Por outro lado, essa selecção também deve ter em conta a existência de elementos arquitectónicos cujo valor cultural seja patrimonialmente reconhecido, no sentido de perceber a sua expressão económica na região, de acordo com uma lógica de território sustentável: não só em termos de consumo de recursos e gastos energéticos, mas também no que diz respeito à perpetuidade da memória colectiva que a respectiva comunidade local estabelece na sua relação com o mar. Neste último caso, de acordo com a abordagem anteriormente descrita de paisagem associada à sua *condição ecológica*, não se trata apenas de avaliar o carácter representativo da arquitectura, mas também funcional. Por esta razão, após a escolha dos casos de estudo, dever-se-á seleccionar um conjunto de edifícios pertencentes a aglomerados urbanos que sejam expressão cultural da sua ocupação humana, sendo necessário diferenciar a análise de edifícios cujos pressupostos-base derivam de uma designada arquitectura erudita — que segue um modelo de ordem de poder instituída (ex.: torres, fortalezas, moinhos de maré e faróis) — daqueles que estão associados a uma designada arquitectura vulgar — que não segue um modelo (ex.: cabanas de pescadores, arrumos de pesca, viveiros e arriais)<sup>14</sup>.

De um modo geral, recomenda-se a selecção de edifícios que estejam na origem do processo de formação desse aglomerado, subordinado à referida *Economia Integrada*,

<sup>13</sup> MAGALHÃES, 2013.

<sup>14</sup> RUDOFISKY, 1964.

que num conjunto apelidamos **Modelo de Amostragem**. Por comparação, também deverão ser seleccionados edifícios que expressem uma ocupação urbana resultante da referida *Economia Convencional* — **Modelo de Comparação**. Como tal, será necessário consultar bibliografia que descreva, de forma contínua e evolutiva, o processo de ocupação humana da região em estudo, associando dados do recenseamento demográfico e uso do solo, apoiado na observação de cartografia histórica e militar, bem como ilustrações representativas das principais actividades económicas.

## 4.2. Interpretação dos Casos de Estudo

Interpretar exige, antes de mais, teorizar, isto é, «descrever, através de uma explicação lógica, os fenómenos a partir dos quais nos é dado acesso às coisas»<sup>15</sup>. No presente caso, trata-se de descrever, através de factos históricos, o processo de ocupação humana de uma dada área costeira tendo conhecimento da sua *condição ecológica*, situação só possível de se concretizar quando analisada ao nível da sua expressão urbana.

Neste sentido, propõe-se avaliar o edificado seleccionado em cada um dos referidos Modelos ao nível das suas características arquitectónicas, relacionadas com a dimensão (área de implantação, número de pisos e de fracções, tipologia habitacional), o estado de ocupação (total ou parcialmente ocupado), o tipo de uso (*habitacional*, *não-habitacional* ou *misto*) e respectiva sazonalidade, os quais, em conjunto com a identificação do tipo de sistema construtivo (associado à predominância de um tipo de material e técnica construtiva) e data de construção, determinam o seu estado de conservação (*bom*, *razoável*, *mau* ou *muito mau*, dependendo das condições de habitabilidade, com ou sem sinais de desagregação e desgaste de elementos ao nível do revestimento e/ou infra-estrutura). Também dever-se-á avaliar o interesse patrimonial, podendo ser de *qualidade*, *acompanhamento*, *dissonante parcial* ou *dissonante total*, consoante o seu enquadramento urbano.

Por fim, a comparação dos resultados obtidos pela avaliação do conjunto de edifícios de Amostragem (associado à designada *Economia Integrada*) com os de Comparação (representativos da *Economia Convencional*), através da aplicação dos parâmetros acima descritos, permitirá caracterizar a sua actual ocupação urbana de forma integrada.

## 4.3. Categorização das Áreas Costeiras

Com o objectivo de se proceder à categorização de uma dada área costeira, será necessário comparar os dados obtidos em pelo menos dois casos de estudo distintos, no sentido de se encontrar um padrão de ocupação urbana que lhes subsiste e que lhes é comum. Contudo, este tipo de análise comparativa carece de uma interpretação integrada dos dados de acordo com os critérios que se apresentam no Quadro 1. Como se pode

---

<sup>15</sup> JORGE, 2007: 9.

verificar, cada critério tem associado um conjunto de parâmetros de avaliação (alguns deles para além dos relatados anteriormente), passíveis de estabelecer uma relação de interdependência com os restantes critérios.

Tabela 1. Correspondência entre critérios de classificação e parâmetros de avaliação

<b>Crítérios Classificação</b>	<b>Parâmetros de Avaliação</b>	<b>Relação</b>
1. Adequação Ecológica	Forma de implantação do edifício	3   6   7
2. Propriedade e Servidão	Tipo de propriedade e de proprietário; N.º habitantes	5   8
3. Processo de Formação	Data construção, sist. construtivo e est. conservação	2
4. Sazonalidade	Período e forma de ocupação das fracções	2   5
5. Modelo de Ocupação	Uso, tipologia, estado de ocupação das fracções	2   6
6. Tipologia de Implantação	Dimensões do edifício	2   3
7. Morfologia Urbana	Interesse patrimonial do edifício	2   3   6
8. História/Cultura	Valor e interesse patrimonial, uso do edifício	5   7
9. Acessibilidade	Interesse patrimonial do edifício	6   7
10. Produtividade	Tipo de uso e ocupação das fracções	2   9
11. Densidade	N.º habitantes e período de ocupação das fracções	5

O resultado final poderá ser traduzido numa categoria de área costeira associada ao seu modelo de ocupação urbana, cuja designação, por exemplo, decorre da actividade económica que lhe deu origem e/ou que actualmente é predominante, ou até do seu processo de formação, tendo-se designado, neste caso, estes modelos como «Tradicional», «Piscatório», «Turístico», «Clandestino», etc.

## 5. CASO DE ESTUDO

Por forma a dar a conhecer, com maior clareza, a aplicabilidade desta metodologia, é de seguida apresentado o exemplo do caso de estudo de Setúbal (localizado na Orla Marítima da Arrábida) por comparação a Olhão (na Costa do Sotavento Algarvio), contendo na sua envolvência Parques Naturais (da Arrábida; e da Ria Formosa) e Reservas Naturais (do Estuário do Sado; e do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, respectivamente).

No caso da Orla Marítima da Arrábida, a sua delimitação geográfica abrange os concelhos de Sesimbra (com praias, arribas e serra), Setúbal (numa bacia hidrográfica), Palmela (na zona de baixa charneca) e Grândola (com uma restinga que separa o estuário do mar), cuja identificação das principais características biofísicas foi representada

na Fig. 1. Como se pode verificar, Setúbal beneficia de uma *condição ecológica* propícia ao desenvolvimento de uma economia com forte ligação ao mar. Segundo factos históricos, essa relação, para além de confirmada pela presença de vestígios de fábricas de salicultura, fabrico de ânforas e construção naval datados entre os séculos I e IV, foi igualmente assumida pelo rei D. Afonso IV durante o século XIV ao ordenar a construção de uma muralha (no actual Centro Histórico) como porta fiscal para o controlo do comércio do sal existente no estuário do Sado.

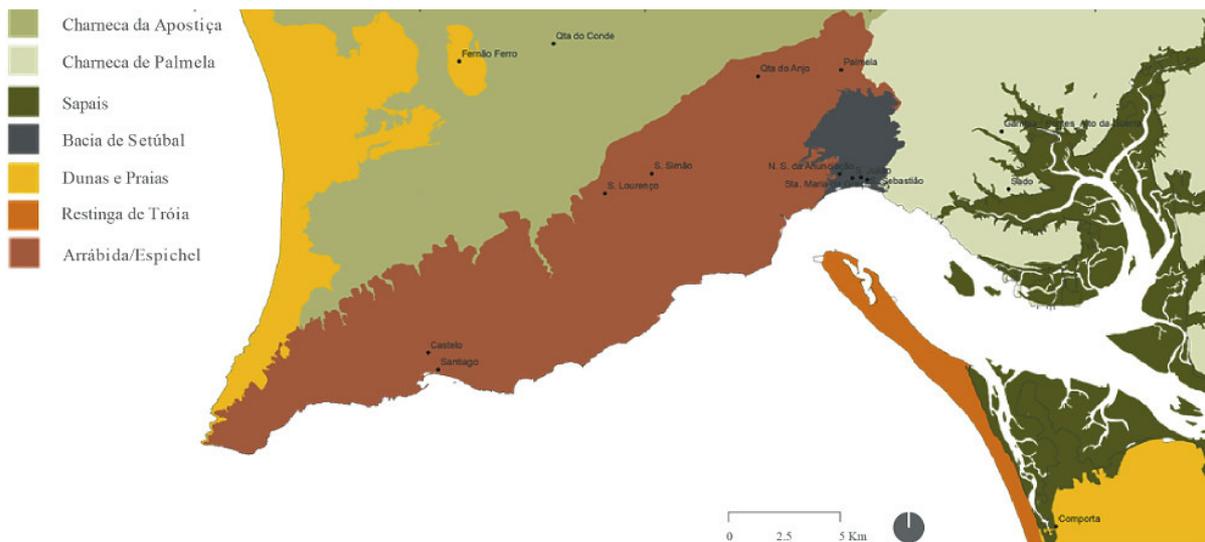


Fig. 1. Identificação das Unidades de Paisagem na Orla Marítima da Arrábida

Até à primeira metade do século XIX, Setúbal manteve-se no lugar cimeiro da exportação do sal, embora também albergando actividades ligadas à pesca e à cultura do arroz<sup>16</sup>. Contudo, em 1855 surgiu a primeira fábrica de sardinha enlatada, dando-se início a uma revolução no sistema económico associado à indústria conserveira<sup>17</sup>. Com o crescimento exponencial deste tipo de produção até aos anos 20 do século XX, verificou-se um atrofamento e secundarização das restantes actividades<sup>18</sup>, pondo fim à designada *Economia Integrada* e dando início à *Economia Convencional*.

Após esse período, a reestruturação da Europa a seguir à 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial assente numa lógica global levou a que a indústria conserveira entrasse em decadência progressiva, não acompanhando os avanços tecnológicos da concorrência estrangeira<sup>19</sup>. A realidade fabril em Setúbal sofreu profundas transformações, com o aparecimento da produção do cimento e a construção do Porto de Setúbal<sup>20</sup>. Neste contexto, a sua ocupação urbana constitui-se até hoje de uma Arquitectura do Mar que reflecte o

<sup>16</sup> QUINTAS, 2002; RAU, 1951.

<sup>17</sup> ALHO, 1988.

<sup>18</sup> QUINTAS, 1995; FARIA, 1985.

<sup>19</sup> QUINTAS, 1995.

<sup>20</sup> QUINTAS, 2003; FARIA, 1985.

reconhecimento cultural de uma *condição ecológica* que, a dada altura, deixou de depender do mar, perdendo o seu carácter identitário. Por esta razão, o nosso estudo centra-se na identificação do edificado (erudito ou vernacular) de Amostragem e de Comparação, respectivamente anterior e posterior a este processo de transformação.

### 5.1. Selecção dos Modelos de Amostragem e de Comparação em Setúbal

Com recurso a cartografia histórica, correspondente à época medieval (séculos XII-XV) — onde se demarcam as muralhas e respectivas portas de entrada, os principais elementos religiosos (ermidas, igrejas, conventos e postigos), bem como praças, largos e ruas (Fig. 2); e à época filipina (séculos XVI-XVII) — com a delimitação do sistema defensivo abaluartado (Fig. 3); cruzado com cartografia militar existente desde 1950/60; notícias de jornal, anuários e ilustrações das principais actividades económicas (Fig. 4); e dados de recenseamento demográfico datados dos finais do século XIX<sup>21</sup> foi possível delimitar os Modelos de Amostragem e de Comparação da ocupação urbana em Setúbal.

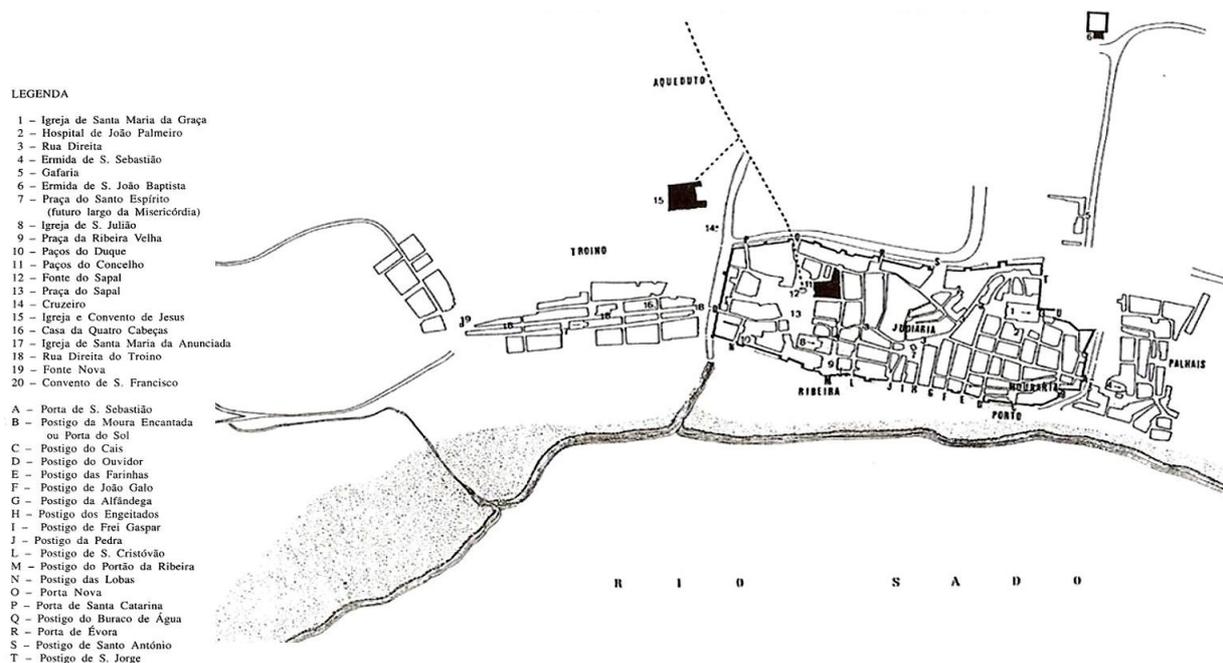


Fig. 2. Mapa da estrutura urbana de Setúbal entre os séculos XII e XV. Fonte: FÁRIA, 1985

<sup>21</sup> INE, 1864-2011.

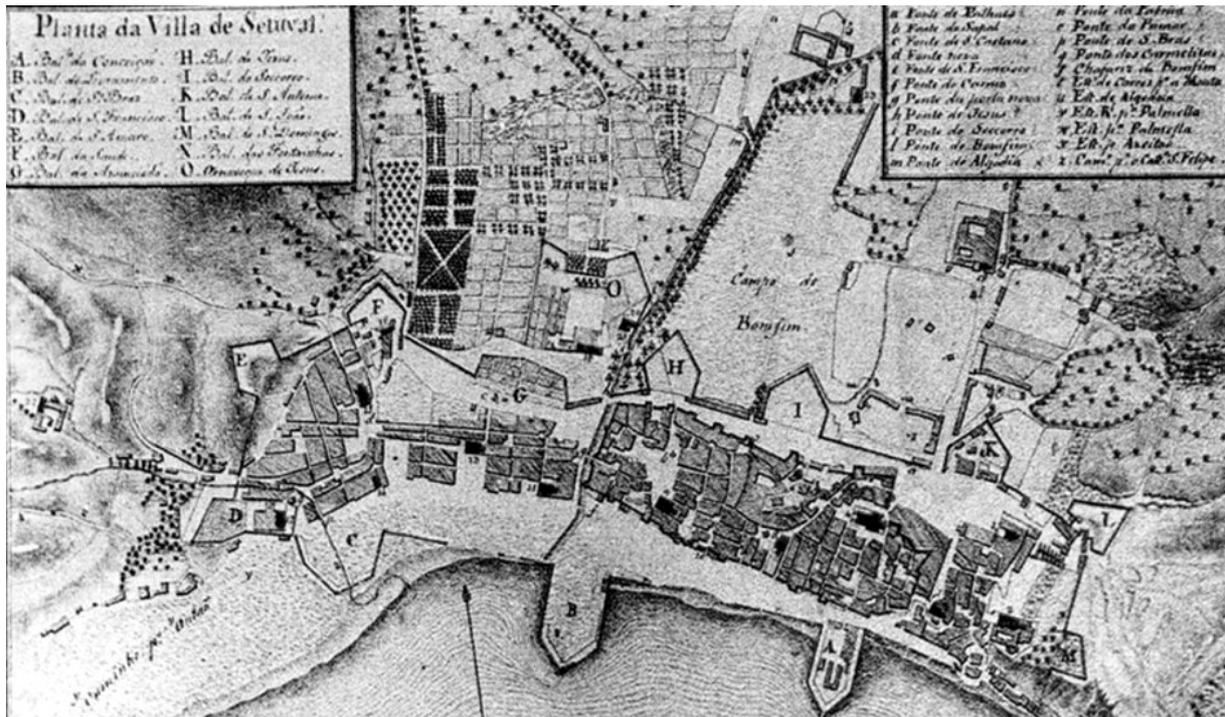


Fig. 3. Mapa da estrutura urbana de Setúbal em 1816. Fonte: QUINTAS, 2003



Fig. 4. Cultura do sal no século XIX em Setúbal. Fonte: Porto de Setúbal

### 5.1.1. Modelo de Amostragem em Setúbal

No sentido de se caracterizar a génese de ocupação urbana em Setúbal, seleccionou-se o Bairro do Troino e o das Fontainhas, constituintes do seu Modelo de Amostragem, cujo princípio do processo de formação ocorreu no século XIV.

O Bairro do Troino, localizado a poente das muralhas do Centro Histórico, tem parte da sua expressão urbana com edificado que, até ao princípio do século XX, era habitado por pescadores<sup>22</sup>. Segundo as descrições de Brandão, estes apresentavam um piso térreo para arrumos de utensílios de pesca e um piso superior para habitação, num modo de habitar em estreita relação com a rua<sup>23</sup>. Devido às más condições de vida e dificuldades com que se defrontavam na prática das suas actividades, a crença religiosa estava patente na construção de igrejas — de que era exemplo a de Nossa Senhora da Anunciada (destruída pelo terramoto em 1755) — e de outros elementos religiosos de pequena dimensão ainda hoje presentes ao longo das ruas do bairro<sup>24</sup>. Na restante parte, correspondente ao edificado envolvente, localizavam-se as fábricas de conserva<sup>25</sup>.

No decorrer do mesmo período, a nascente do Centro Histórico, surgiram no Bairro das Fontainhas novas fábricas de conserva anexadas a antigas tercenas (armazéns existentes perto do cais), resultantes de sociedades que se estabeleceram com proprietários fabris do Troino, existindo na envolvência habitações e a Igreja de São Sebastião, também destruída pelo terramoto de 1755<sup>26</sup>.

### 5.1.2. Modelo de Comparação em Setúbal

Como modelo que sirva de comparação à amostragem anteriormente descrita, foi seleccionado em Setúbal o edificado existente no Bairro Santos Nicolau e no Bairro Salgado, cuja construção pretendeu fazer face às necessidades de habitação existente após a queda da indústria conserveira<sup>27</sup>.

O Bairro Santos Nicolau, construído por iniciativa estatal na década de 1940, localiza-se na periferia nascente do Bairro das Fontainhas e é maioritariamente constituído por habitações onde ainda hoje residem antigos pescadores e operários de fábricas de conserva, dispondo de alguns serviços, restaurantes e o mercado da Nossa Senhora da Conceição.

Também o Bairro Salgado, construído na mesma época através de iniciativa privada, associada à classe operária pertencente à indústria conserveira — embora com maior poder de compra devido ao seu estatuto social —, está localizado a norte do Centro Histórico.

O resultado final foi expresso na Fig. 5, identificando-se o conjunto de edifícios pertencentes ao Bairro do Troino e ao Bairro das Fontainhas — constituintes do Modelo de Amostragem; e o do Bairro Santos Nicolau e do Bairro Salgado —

---

<sup>22</sup> QUINTAS, 1989.

<sup>23</sup> BRANDÃO, 2004.

<sup>24</sup> QUINTAS, 1998.

<sup>25</sup> QUINTAS, 1996.

<sup>26</sup> ALHO, 1988.

<sup>27</sup> QUINTAS, 1995.

correspondentes ao Modelo de Comparação, incluindo os edifícios de carácter erudito, nomeadamente religioso.



Fig. 5. Modelos de Amostragem e de Comparação no caso de estudo de Setúbal

## 5.2. Interpretação do Caso de Estudo de Setúbal

A interpretação da ocupação urbana em Setúbal, associada àquilo a que designamos Arquitectura do Mar, resultou da análise dos dados apresentados na Tabela 1 em forma de média ponderada, correspondente à avaliação realizada aos edifícios de Amostragem seleccionados em Setúbal, servindo os edifícios de Comparação apenas de referência.

De um modo geral, Setúbal apresenta um número substancial de edifícios com 2 pisos, de uso *misto* e uma fracção em cada piso, cuja (re)construção data do final do século XIX e/ou princípio do XX, o que se traduz num sistema construtivo maioritariamente em alvenaria de pedra e, por isso, considerado em *bom* estado de conservação. Não foi possível atribuir uma classificação uniforme relativa às tipologias de habitação, pelo facto de os edifícios de Amostragem conterem na sua maioria fracções T0, enquanto os de Comparação variam entre T1 (no Bairro das Fontainhas) e T6 (no Bairro Salgado).

Interpretando os dados apresentados de acordo com os factos históricos, trata-se de edifícios readaptados a uma nova circunstância económica associada ao «ciclo conserveiro», com grande carência de habitação, deixando profundas marcas na sua expressão urbana. Este facto verifica-se sobretudo no bairro do Troino, com alterações no tipo de uso *não-habitacional* ao nível do piso térreo, mas permanecendo o piso superior *habitacional*, o que também tem garantido até hoje uma certa dinâmica social/económica.

Tabela 2. Média ponderada da avaliação do edificado em Setúbal

Parâmetros	M. Amostragem	M. Comparação	Aglomerado
<b>Dimensão</b>			
N.º edifícios (total)	68	84	<b>152</b>
Área	163m <sup>2</sup>	137m <sup>2</sup>	<b>150m<sup>2</sup></b>
N.º Pisos	3	2	<b>2</b>
N.º Fracções	3	1	<b>2</b>
<b>Ocupação</b>			
Tipologia	T0	T6	<b>T0-T6</b>
Uso	Misto	Habitacional	<b>Misto</b>
Vagas	27%	21%	<b>24%</b>
<b>Construção</b>			
Data	Séc. XIX	Séc. XX – 2.ºQ.	<b>Séc. XIX-XX</b>
Sistema	Alvenaria de Pedra	Estrutura Madeira/Betão	<b>Pedra</b>
Conservação	Razoável/Bom	Bom/Razoável	<b>Razoável</b>
<b>Classificação</b>			
Interesse	Acompanhamento	Acompanhamento/ Dissonância	<b>Acompanhamento</b>

### 5.3. Categorização da Ocupação Urbana em Setúbal por comparação a Olhão

Com o objectivo final de se proceder à categorização da ocupação urbana em Setúbal, foi necessário comparar os resultados obtidos com o caso de estudo de Olhão (situado na Costa do Sotavento Algarvio), fruto de um idêntico processo de formação.

De acordo com os mesmos critérios de selecção utilizados em Setúbal, o Modelo de Amostragem de Olhão correspondeu ao edificado composto por habitações de pescadores existentes no Bairro do Levante e no Bairro da Barreta (datados de 1840), os quais, segundo Romba, estão na origem do seu processo de formação<sup>28</sup>. Já o edificado do Modelo de Comparação correspondeu à Vila Majuca (bairro operário datado de 1922) e ao Bairro de Pescadores (construído por iniciativa estatal entre 1945 e 1949).

O resultado obtido através de um mesmo processo de avaliação do edificado seleccionado em ambos os Modelos descreve-nos Olhão como um aglomerado urbano com edifícios de apenas 1 fracção repartida por 2 pisos (sendo a construção do piso superior posterior à sua génese de formação, nomeadamente no decorrer do 2.º quartel do

<sup>28</sup> ROMBA, 2008.

século XX e, por isso, com um sistema construtivo *misto* e em *razoável* estado de conservação), com uma ocupação exclusivamente *habitacional*, de tipologia variável entre T1 e T6.

Da comparação dos resultados obtidos em Setúbal e em Olhão (Tabela 2), e com base nos factos históricos dissertados ao longo do presente artigo, foi possível, por fim, categorizar a respectiva área costeira de uma tipologia de ocupação «Tradicional», comum a Setúbal e a Olhão.

**Tabela 3.** Média ponderada da avaliação por comparação da Ocupação Urbana Tradicional

Parâmetros	Setúbal	Olhão	Tradicional
<b>Dimensão</b>			
N.º edifícios (Total)	152 (63%)	91 (37%)	<b>243 (100%)</b>
Área	150m <sup>2</sup>	82m <sup>2</sup>	<b>128m<sup>2</sup></b>
N.º Pisos/Edifício	2	2	<b>2</b>
N.º Fracções/Edifício	2	1	<b>2</b>
<b>Ocupação</b>			
Tipologia	T0-T6	T1-T6	<b>T6</b>
Uso	Misto	Habitacional	<b>Misto</b>
Vagas	24%	16%	<b>20%</b>
<b>Construção</b>			
Data	Séc. XIX-XX	Séc. XX – 2.ºQ.	<b>Séc. XX – 2.ºQ</b>
Sistema	Pedra	Misto	<b>Pedra</b>
Conservação	Razoável	Razoável	<b>Razoável</b>
<b>Classificação</b>			
Interesse	Acompanhamento	Acompanhamento	<b>Acompanhamento</b>

Trata-se, no seu conjunto, de um tipo de área costeira cuja Arquitectura do Mar representa o lugar de quem nela sempre habitou (antigos operários e pescadores) e que foi capaz de se adaptar às circunstâncias económicas, sociais e políticas de cada época, mantendo a sua identidade local. Facto que, por exemplo, nos leva a compreender por que razão a tipologia habitacional dos Modelos de Amostragem é T0 e a dos Modelos de Comparação é T6, tendo o edificado de Amostragem sido apropriado com um uso *misto*, quando antes era apenas *habitacional*.

## 6. CONCLUSÃO

A necessidade de se adoptar uma interpretação integrada das áreas costeiras, localizadas em ecossistemas litorais característicos da transição entre a terra e o mar, levou-nos a propor uma metodologia de categorização da respectiva ocupação urbana de acordo com as suas características arquitectónicas, por serem expressão cultural da *condição ecológica* da paisagem em que está inserida. Tratou-se de encontrar um padrão de ocupação que se repete ao longo do tempo pela análise comparativa de pelo menos dois casos de estudo, justificada por uma dada situação biofísica e cuja apropriação foi determinada por factos históricos.

Com base no exemplo da designada ocupação urbana «Tradicional» representada pelos casos de estudo de Setúbal e Olhão, foi possível concluir que esses factos estiveram sempre dependentes da referida *condição ecológica*, resultando num modo de apropriação e exploração dos recursos do mar em estreita ligação com os da terra. Isto reflectiu-se num tipo de edificado que, subordinado a uma Arquitectura do Mar, se adaptou de forma tradicional às novas circunstâncias económicas, sociais e políticas de cada época, mantendo a sua identidade local.

Com o objectivo de se preservar essa identidade, mais do que identificar padrões de ocupação comuns aos casos em estudo, foi relevante compreender as características que os distinguem e que os tornam únicos. É por este caminho que pretendemos tornar a presente metodologia «guia» de uma interpretação integrada de áreas costeiras, em alternativa às abordagens territoriais e ambientais que os actuais modelos de gestão fazem de forma segregada.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- ALHO, Albérico A. C. (1988) — *Linhas de evolução da Indústria Conserveira em Setúbal*. In *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal: Escola Superior de Educação, vol. 1, p. 17-44.
- BASTIAN, Olaf; KRÖNERT, Rudolf; LIPSKÝ, Zdeněk (2006) — *Landscape diagnosis on different space and time scales – a challenge for landscape planning*. «Landscape Ecology Journal», vol. 21, Issue 3, p. 359-374.
- BERQUE, Augustin (1994) — *A ecúmena, medida terrestre do Homem, medida humana da Terra: para uma problemática do mundo ambiente*. In SERRÃO, Adriana, coord. (2011) — *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade, p. 185-200.
- BESSE, Jean-Marc (2013) — *Estar na Paisagem, habitar, caminhar*. In CARDOSO, Isabel, coord. — *Paisagem e Património. Aproximações Pluridisciplinares*. Évora: Dafne/CHAIA – Universidade de Évora. p. 33-53.
- BRANDÃO, Raul (2004) — *Os Pescadores*. Porto: Porto Editora.
- COELHO, Carlos Dias (2015) — *O Tecido. Leitura e interpretação*. In COELHO, Carlos Dias, coord. — *Os Elementos Urbanos. Cadernos Morfologia Urbana 1 – estudos da cidade portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Argumentum, p. 33-49.
- COVAS, António; COVAS, Maria (2012) — *A Caminho da 2.ª Ruralidade – Uma Introdução à Temática dos Sistemas Territoriais*. Lisboa: Edições Colibri.

- FARIA, Carlos Vieira (1985) — *História Urbana de Setúbal: olhar o Passado – perspectivar o Futuro. 125 Anos da elevação de Setúbal a Cidade*. Setúbal: Paços do Concelho.
- FREITAS, Joana Isabel (2010) — *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c.1851 a c. 1990)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- JORGE, José, coord. (2013) — *Para uma Ética do Território*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura.
- JORGE, José (2007) — *Lugares em Teoria*. Lisboa: Caleidoscópico, Lisboa. (Pensar Arquitectura).
- KOSTOF, Spiro (1995) — *A History of Architecture: Settings and Rituals*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- LE GOFF, Jacques (2000) — *História e Memória*. Lisboa: Edições 70. Lisboa.
- MAGALHÃES, Manuela Raposo, coord. (2001) — *A Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- coord. (2007) — *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitações – escalas regional e municipal*. Lisboa: ISApress.
- (2013) — *Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de delimitação e regulamentação*. Lisboa: ISApress.
- MUNTAÑOLA, Josep (1974) — *La arquitectura como lugar. Aspectos preliminares de una epistemología de la arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A.
- (1980) — *Topogénesis Tres. Ensayo sobre la Significación en Arquitectura*. Barcelona: Oikos-tau, SA.
- QUINTAS, Maria da Conceição (1989) — *Troino e Fontainhas: duas comunidades de pescadores em confronto*. «Revista Movimento Cultural». Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.
- (1995) — *O aglomerado urbano de Setúbal: crescimento económico, contexto social e cultura operária: 1880-1930*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.
- (1996) — *Manifestações operárias na Península de Setúbal, com especial relevo para os aglomerados urbanos de Setúbal e Sesimbra (1880-1930)*. «Revista Sesimbra Cultural», 6, p. 24-32.
- (1998) — *Expressões da vivência religiosa no aglomerado urbano de Setúbal*. «Revista de história e teoria das ideias X», p. 189-215.
- (2002) — *Importância do sal nos aglomerados urbanos de Setúbal e Alcácer do Sal, nos séculos XIX e XX*. «Memória Alentejana», 5, p. 21.
- (2003) — *Porto de Setúbal – Um actor de desenvolvimento. História de um passado com futuro*. Setúbal: APSS, SA.
- RAU, Virgínia (1951) — *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal*. Lisboa: [s.n.].
- ROMBA, Sandra (2008) — *Evolução Urbana de Olhão*. Faro: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Algarve. Dissertação de mestrado em História da Arte, Especialização em História da Arte Portuguesa.
- ROSSI, Aldo (2001) — *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.
- RUDOFKY, Bernard (1964) — *Architecture without architects. A short introduction to non-pedigreed architecture*. Nova Iorque: Doubleday & Company, Inc.
- SERRÃO, Adriana (2011) — *A Paisagem como problema da filosofia*. In SERRÃO, Adriana, coord. — *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2011, p. 13-35.
- WULF, Andrea (2016) — *A Invenção da Natureza. As aventuras de Alexander von Humboldt, o herói esquecido da ciência*. Lisboa: Círculo de Leitores.

## LEGISLAÇÃO E BASES DE DADOS

DECRETO-LEI n.º 38382/51. Aprova o *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*. «Diário do Governo Série I», 166 (07.08.1951), 715-729. Disponível em <<https://dre.pt/application/conteudo/289214>>. [Consulta realizada em 07/05/2018].

DECRETO-LEI n.º 80/2015. Aprova o *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial*. «D. R., Série I», 93 (14/05/2015), 2469-2512. Disponível em <<https://dre.pt/application/conteudo/67212743>>. [Consulta realizada em 07/05/2018].

DECRETO-LEI 1953. *Estabelece as bases para a criação, em todos os centros de pesca, de organismos de cooperação social, com personalidade jurídica, denominados Casas dos Pescadores*. «Diário do Governo», 58 (11/03/1953). Disponível em <<https://dre.pt/application/file/418120>>. [Consulta realizada em 07/05/2018].

LINKING LANDSCAPE, ENVIRONMENT, AGRICULTURE AND FOOD — *EPIC WebGIS Portugal*. Lisboa: LEAF. Disponível em <<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt>>. [Consulta realizada em 07/05/2018].

INE (Instituto Nacional de Estatística) (1864-2011) — *Censos em Portugal de 1864 a 2011*. Lisboa: INE. Disponível em: <[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_historia\\_pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt)>. [Consulta realizada em 07/05/2018].